TUTELA ANTECIPADA NA AÇÃO ORIGINÁRIA 1.774 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AUTOR(A/S)(ES)	: GUSTAVO ANDRE OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LUIZ ALBERTO BETTIOL E OUTRO(A/S)
RÉU(É)(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: **Trata-se** de "*ação de rito ordinário* (*com pedido de tutela de urgência*)" **ajuizada**, *em litisconsórcio ativo* (magistrados federais), **contra** a União Federal, **na qual** se postula o "*direito ao recebimento do auxílio-moradia aos Autores que exercem suas funções em localidade onde não exista residência oficial à disposição do magistrado, em conformidade com o artigo 65, II, da LOMAN, no valor máximo estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça ou, caso assim não se entenda, no valor correspondente ao dispêndio efetuado pelos Autores com aluguéis ou hospedagem*".

Os autores **sustentam** a competência originária do Supremo Tribunal Federal, **por reputarem configurada**, *na hipótese*, a situação **prevista** no art. 102, I, "**n**", da Constituição da República, **eis que existiria** – *segundo alegam* – **interesse direto e geral** de todos os membros da magistratura.

Eis, *em síntese*, **os fatos e os fundamentos jurídicos** *que justificariam*, **segundo pretendido** pelos autores, **a percepção** de referido auxílio-moradia:

> "***O art. 65 da LOMAN outorga uma série de vantagens aos magistrados brasileiros***. *Dentre as previsões, destaca-se o auxílio-moradia, que constitui um montante de natureza indenizatória paga aos integrantes do Poder Judiciário que não dispõem de residência oficial no local onde exerçam as suas atribuições jurisdicionais.*
>
> ….....
>
> ***Em esteio a essa previsão***, *denota-se previsão legal específica, constante do art. 52 da Lei 5010/66 (Lei Orgânica da Justiça Federal)*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

c/c o art. 60-A da Lei 8112/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União).

….....

***No entanto**, nada obstante o inequívoco comando normativo que emerge do dispositivo legal em questão, os magistrados federais não têm percebido o referido auxílio, arcando pessoalmente com os custos de habitação. Foram feitos sucessivos pedidos nesse sentido perante o Conselho da Justiça Federal e o Conselho Nacional de Justiça, sem êxito, seja porque foram indeferidas, seja, também, porque simplesmente não foram ainda examinadas.*

***Trata-se de uma situação inaceitável**, que viola o direito dos juízes que deveriam perceber o benefício e, mais grave, acarreta o desprestígio da carreira de magistrado federal, trazendo prejuízos para o funcionamento do próprio Poder Judiciário brasileiro.*

***É preciso destacar**, nesse ponto, que o benefício em referência reveste-se de um conteúdo claramente indenizatório, eis que tem por escopo o ressarcimento dos custos incorridos pelo magistrado quando do exercício de suas funções jurisdicionais em localidade onde não possua residência oficial à disposição. Esta situação é muito frequente, consideradas as constantes mudanças de local enfrentadas pelos Juízes Federais, quando de sua posse no cargo, além de realocações na qualidade de Juiz Substituto ou mesmo promoção a Juiz Titular.*

***Não se trata**, portanto, de parcela remuneratória. Aliás, se o auxílio-moradia tivesse o escopo de remunerar o magistrado pelo exercício de suas funções, não estaria ele atrelado ao requisito de ausência de residência oficial no local. Tal circunstância torna absolutamente inequívoco o caráter ressarcitório desta parcela.*

….....

***Estas considerações em torno do caráter indenizatório do auxílio-moradia revestem-se de significativa relevância na medida em que o mencionado benefício**, por não se cuidar de uma parcela remuneratória, não foi incorporado pelo subsídio pago aos magistrados nos termos do art. 39, § 4°, da Constituição Federal.*

***Com efeito**, a remuneração dos membros do Poder Judiciário mediante parcela única, nos termos da Carta da República, não exclui o pagamento das verbas de natureza indenizatória. Trata-se de*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

parcelas que, por seu conteúdo meramente ressarcitório, não constituem uma contraprestação pelos serviços prestados pelo magistrado e, em consequência, não podem ter sido incorporados pelo subsídio constitucional.

***O próprio Conselho Nacional de Justiça**, por intermédio da Resolução nº 13, de 21/03/2006, procurou regulamentar a temática relativa ao pagamento do subsídio aos magistrados. (…).*

….....

***Ademais**, trata-se de necessário prestígio ao princípio da isonomia, pois atualmente tal auxílio é previsto em 10 (dez) magistraturas estaduais (SC, CE, SE, AP, RO, MS, MT, PA, MA, GO), bem como aos Ministros do STF (cf. sessão administrativa de 18/06/2003), aos Ministros do STJ (cf. reunião ordinária de 29/05/2003, PA 1306/03) e aos Ministros do TST, sendo estendido ainda aos juízes auxiliares que atuam perante o STF (Resolução nº 413/2009), o STJ (Resolução nº 50/2009) e o CNJ (Portaria nº 251/2008, IN nº 42/2011 e IN nº 09/2012).*

….....

***Diante destas circunstâncias**, e atento ao comando normativo que emerge do ordenamento jurídico, o Conselho Especial de Administração do Superior Tribunal de Justiça, em sessão realizada na data de 29/05/2003, reconheceu aos seus membros o direito à percepção do auxílio-moradia (…).*

….....

***Idêntica orientação foi adotada pelo Supremo Tribunal Federal que, também por deliberação administrativa**, decidiu autorizar o pagamento de auxílio-moradia aos integrantes daquela C. Corte judiciária, desde que não houvesse imóvel oficial à disposição, nos exatos termos estipulados no art. 65, II, da LOMAN.*

***No âmbito do Conselho Nacional de Justiça também foi reconhecido o direito ao pagamento do auxílio-moradia aos integrantes daquele E. Colegiado**, tornando-se muito clara, pela interpretação do próprio órgão de controle administrativo do Poder Judiciário, a circunstância de que a referida vantagem constitui um benefício que encontra pleno respaldo no ordenamento jurídico.*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

Revela-se oportuno destacar que todos os magistrados convocados em auxílio no Supremo Tribunal Federa*l, Superior Tribunal de Justiça, Conselho Nacional de Justiça e no Conselho da Justiça Federal, sejam juízes federais, do trabalho ou estaduais, fazem jus à percepção do auxílio-moradia durante o período daquela convocação.*

….....

Não custa relembrar que aos próprios servidores públicos federais, inclusive àqueles lotados na Justiça Federal e nos Tribunais Regionais*, é assegurado o direito à percepção do auxílio--moradia, desde que atendidas as condições previstas no art. 60-A c/c o art. 60-B da Lei n°. 8.112/90.*

Dessa forma*, revela-se inaceitável o estabelecimento de tratamento anti-isonômico. (…).*

….....

A carreira da Magistratura Federal passou por profunda transformação nos últimos anos*. Atualmente, nas cinco regiões que compõem a Justiça Federal, o Juiz Substituto toma posse em longínquas Subseções Judiciárias, percorrendo durante anos um longo itinerário rumo ao local onde encontra suas raízes para, então, aguardar a promoção a Juiz Federal, que o enviará novamente para localidade distante, para não retornar senão após vários anos. O Juiz Federal é hoje, sem sombra de dúvidas, o agente público que mais carece de ajuda de custo para moradia.*

Nesse contexto*, constata-se, não sem grande preocupação, o crescente desinteresse de membros do Ministério Público (a título de exemplo, a Lei Complementar Federal n°. 75/93 assegura inúmeras vantagens não reconhecidas aos Juízes Federais) e da própria Advocacia Pública, nos concursos para o cargo de Juiz Federal Substituto.*

Não bastassem estas circunstâncias*, no momento da promoção de Juiz Substituto para Juiz Titular, o magistrado depara-se com o inusitado: ao servidor público nomeado pelo Juiz para ocupar cargo em comissão (Diretor de Secretaria), é assegurada a percepção da ajuda de custo para moradia (na forma da Lei n.º 8.112/90) que, nas mesmas circunstâncias de fato, é negada ao magistrado. Este, sem*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

> *o auxílio, suporta verdadeira e expressiva redução em sua remuneração (diante de elevados gastos com moradia) para progredir na carreira. Não por coincidência, é cada vez mais frequente o desinteresse pela promoção de Juiz Substituto para Juiz Titular. Trata-se de uma flagrante anomalia.*
>
> ***Por fim**, a mesma situação se verifica na promoção para os Tribunais Regionais Federais, de forma que também os Desembargadores Federais frequentemente experimentam grave redução em suas remunerações (em razão do comprometimento de renda) a partir da progressão. A constatação é fácil, bastando imaginar, por exemplo, a promoção de um Juiz Federal titular de Juízo na Seção Judiciária de Minas Gerais para Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Idênticos exemplos são encontrados em todos os Tribunais Regionais Federais.*
>
> ***Estas considerações são necessárias para demonstrar-se que**, além de envolver uma violação ao complexo normativo que rege a magistratura em geral e uma inaceitável quebra de isonomia entre os integrantes de um mesmo poder da União, a negativa de pagamento do auxílio-moradia constitui inequívoco desprestígio da carreira de Juiz Federal, criando um perigoso desinteresse por parte dos profissionais mais qualificados que poderiam prestar relevantes serviços ao País, na qualidade de magistrados.*
>
> ***Portanto**, para além de um direito subjetivo, que se mostra indiscutível, a questão envolve o próprio interesse público em uma magistratura forte, independente, bem remunerada e com os seus direitos e prerrogativas devidamente respeitados. A não observância destas relevantes diretrizes põe em risco o adequado funcionamento do Estado Democrático de Direito, ao enfraquecer um dos poderes estatais.*" (**grifei**)

Cabe rememorar, *inicialmente*, que a regra **inscrita** no art. 102, I, "**n**", da Constituição, **para viabilizar** o reconhecimento da competência originária desta Suprema Corte, **impõe que se configure**, *em cada caso ocorrente*, **além da existência** de interesse, direto **ou** indireto, de "*(...)* ***todos os membros** da magistratura (...)*", **também** *o caráter exclusivo do direito por eles vindicado*.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

É que a jurisprudência que esta Corte **firmou** em tema de aplicabilidade da regra de competência **consubstanciada** no art. 102, I, "**n**", *primeira parte*, da Constituição Federal **supõe**, *para incidir*, **a existência** *de interesse exclusivo* da magistratura, **ausente**, *contudo*, na espécie destes autos, **pelo fato** de a matéria concernente *ao auxílio-moradia* **mostrar-se comum**, *também*, aos servidores públicos federais.

Com efeito, **esta** Suprema Corte, ao fixar o sentido **e** o alcance da regra constitucional inscrita no art. 102, I, "**n**", da Carta Política, **delimitou-lhe**, *em sucessivos pronunciamentos*, **o âmbito** de sua incidência **e** aplicabilidade, **ressaltando** *que falecerá competência originária* ao Supremo Tribunal Federal, **sempre** que o objeto da causa **não envolver** direitos, interesses **ou** vantagens que digam respeito, *unicamente*, à própria Magistratura (**RTJ 128/475**, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – **RTJ 138/3**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **RTJ 138/11**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **RTJ 144/349**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **RTJ 147/179**, Rel. p/ o acórdão Min. ILMAR GALVÃO – **AO 662-MC/PE**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 955-AgR/ES**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **AO 1.635--TA/MS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 1.651-TA/ES**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 1.688/SC**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **AO 1.775/DF**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI):

> "***SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA*** *(**CF**, ART. 102, I, 'N')* – ***NORMA DE DIREITO ESTRITO – MAGISTRADOS QUE PRETENDEM*** *A PERCEPÇÃO DO ADICIONAL DE 1/3 SOBRE OS DOIS PERÍODOS ANUAIS DE FÉRIAS A QUE FAZEM JUS – VANTAGEM **QUE NÃO É EXCLUSIVA** DA MAGISTRATURA – AÇÃO AJUIZÁVEL **EM PRIMEIRA INSTÂNCIA** – **INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA** DO STF –* ***AGRAVO IMPROVIDO***.
>
> *- **A jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal – **tendo presente** a interpretação dada ao preceito constante do art. 102, I, '**n**', da Constituição (**RTJ** 128/475 – **RTJ** 138/3 – **RTJ** 138/11) – **firmou-se** no*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

> *sentido* ***de não reconhecer*** *a competência originária desta Corte,* ***sempre*** *que a controvérsia envolver vantagens, direitos ou interesses* ***comuns*** *à magistratura* ***e a outras*** *categorias funcionais.*
>
> *- O direito reclamado – **analisado** na perspectiva do estatuto jurídico pertinente à Magistratura – **não tem** qualquer conotação de natureza corporativo-institucional (**pois é também titularizado** pelos representantes do Ministério Público **e** membros integrantes dos Tribunais de Contas) **e não se restringe**, por isso mesmo, **apenas** àqueles que estejam investidos no desempenho de cargos judiciários.*
>
> *- **Enquanto houver um único** Juiz **capaz** de decidir a causa **em primeira** instância, **não será lícito deslocar**, para o Supremo Tribunal Federal, **com apoio** no art. 102, I, '**n**', da Constituição, **a competência** para o processo e julgamento da ação promovida **pela quase** totalidade dos magistrados estaduais.*
>
> *- **Eventual** recurso de apelação **a ser interposto** contra a decisão do magistrado **de primeiro** grau – **que é** o órgão judiciário competente para apreciar a causa –, **deslocar-se-á**, 'per saltum', para o Supremo Tribunal Federal, **desde** que se evidencie a ocorrência de impedimento/suspeição **de mais** da metade dos Desembargadores componentes do Tribunal de Justiça do Estado. **Precedentes: AO nº 263-SC** (Questão de Ordem), Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – **AO nº 378-SC**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, **v.g.**"*
>
> (**RTJ 164/840**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Isso significa que, **se** os interesses, direitos **ou** vantagens constituírem situações **comuns** *a outras categorias funcionais* – **como**, *p. ex.*, **tratando-se** *de auxílio-moradia*, **com os membros** *do Ministério Público da União* (**Lei Complementar** nº 75/93, art. 227, VIII), **com os membros** *da Defensoria Pública da União* (**Lei Complementar nº** 80/94, art. 39, § 2º, **na redação** dada pela Lei Complementar nº 98/99), **com os membros** *da Advocacia-Geral da União* (**Lei Complementar nº 73/93**, art. 26), **com os servidores públicos civis** da União (**Lei nº 8.112/90**, art. 60-A), **como enfatizado** pelos próprios autores –, **descaracterizar-se-á**, *em função desse estado de comunhão jurídica*, **a própria** "*ratio essendi*" **justificadora** da especial

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

competência originária do Supremo Tribunal Federal **instituída** pela Constituição da República.

Considerando, *portanto*, que a matéria em exame **não** revela a existência, *na espécie*, **de interesse privativo da Magistratura**, **não há como reconhecer** ocorrente, *no caso*, a hipótese de competência originária do Supremo Tribunal Federal **prevista** no art. 102, I, "**n**", da Constituição.

É preciso ter presente, *no ponto*, **que a competência originária** do Supremo Tribunal Federal, **por qualificar-se** como um complexo de atribuições jurisdicionais de extração **essencialmente** constitucional – **e ante o regime de direito estrito** a que se acha submetida –, **não comporta a possibilidade** de ser estendida a situações **que extravasem** os rígidos limites fixados, em "*numerus clausus*", **pelo rol exaustivo** inscrito no art. 102, I, da Carta Política, **consoante adverte a doutrina** (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, "**Comentários à Constituição Brasileira de 1988**", vol. 2/217, 1992, Saraiva) **e proclama a jurisprudência** desta própria Corte (**RTJ** 43/129 – **RTJ** 44/563 – **RTJ** 50/72 – **RTJ** 53/776):

> *"**A COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – CUJOS FUNDAMENTOS REPOUSAM NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – SUBMETE-SE A REGIME DE DIREITO ESTRITO**.*
>
> *- **A competência originária** do Supremo Tribunal Federal, **por qualificar-se** como um complexo de atribuições jurisdicionais de extração **essencialmente** constitucional – **e ante o regime de direito estrito** a que se acha submetida – **não comporta** a possibilidade de ser estendida a situações **que extravasem** os limites fixados, em 'numerus clausus', **pelo rol exaustivo** inscrito no art. 102, I, da Constituição da República. **Precedentes**.*
>
> *O **regime de direito estrito**, a que se submete a **definição** dessa competência institucional, tem levado o Supremo Tribunal Federal, por efeito **da taxatividade** do rol constante da Carta Política, **a afastar**, do âmbito de suas atribuições jurisdicionais **originárias**, o processo e o*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

> *julgamento de **causas** de natureza civil que **não** se acham inscritas no texto constitucional (...). **Precedentes**.*"
>
> (**RTJ 171/101-102**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

A "*ratio*" **subjacente** a esse entendimento, **que acentua o caráter absolutamente estrito** da competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, **vincula-se** à necessidade *de inibir indevidas ampliações descaracterizadoras* da esfera de atribuições institucionais desta Suprema Corte, **conforme ressaltou**, **a propósito do tema em questão**, em voto vencedor, o saudoso Ministro ADALÍCIO NOGUEIRA (**RTJ** 39/56-59, **57**).

Nem se invoque como precedente legitimador do reconhecimento da competência originária do Supremo Tribunal Federal **aquele fundado** no julgamento da **AO 1.569-QO/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **ocorrido** em 24/06/2010, **eis que**, **não obstante** o teor de referida decisão, **devo assinalar**, *por relevante*, **que o Plenário** desta Suprema Corte, *em momento posterior*, **em 01/08/2011**, *veio a reafirmar* a jurisprudência deste Tribunal, em sede de ação reclamatória, **como resulta claro** do acórdão que está assim ementado:

> "***RECLAMAÇÃO** – **INADMISSIBILIDADE** – FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO INSTRUMENTO RECLAMATÓRIO (**RTJ** 134/1033 – **RTJ** 166/785) - **AUSÊNCIA** DOS PRESSUPOSTOS **QUE AUTORIZAM** A SUA UTILIZAÇÃO – **REQUISITOS LEGITIMADORES** DA INCIDÊNCIA DO ART. 102, I, '**n**', DA CONSTITUIÇÃO – **INOCORRÊNCIA** – **INVIABILIDADE** DA ARGÜIÇÃO, EM CARÁTER GENÉRICO, DO IMPEDIMENTO E/OU SUSPEIÇÃO DE TODOS OS DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – **PRESSUPOSTOS INERENTES** AO IMPEDIMENTO E/OU À SUSPEIÇÃO **DEVEM** SER APRECIADOS, EM PRINCÍPIO, PELO TRIBUNAL COMPETENTE PARA O JULGAMENTO DA CAUSA – **PRECEDENTES** – **LITÍGIO** QUE, ADEMAIS, **NÃO CONCERNE** A INTERESSE ESPECÍFICO E EXCLUSIVO DA MAGISTRATURA – **EXISTÊNCIA**, NA ESPÉCIE, DE*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

> *CONTROVÉRSIA* ***QUE ENVOLVE*** *VANTAGENS E DIREITOS* ***COMUNS*** *À PRÓPRIA MAGISTRATURA* ***E*** *AO MINISTÉRIO PÚBLICO –* ***COMUNHÃO DE INTERESSES*** *CUJA EXISTÊNCIA* ***EXCLUI*** *A APLICABILIDADE DA REGRA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA ESPECIAL (CF, ART. 102, I, 'n') –* ***PRECEDENTES*** *– CONSEQÜENTE INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO CARACTERIZADORA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DECISÃO* ***QUE NEGA SEGUIMENTO*** *AO PROCESSO DE RECLAMAÇÃO – IMPUGNAÇÃO RECURSAL –* ***RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO***"
>
> (**Rcl 2.136-AgR/BA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Importante enfatizar que, *em referido julgamento plenário* (**AO 1.569--QO/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), o Supremo Tribunal Federal **não discutiu** a questão pertinente ao auxílio-moradia, **mas**, *ao contrário*, cuidou **de outro** benefício, **vale dizer** da "*ajuda de custo para despesa de transporte e mudança*".

De qualquer maneira, *no entanto*, **é de acentuar**, **como já destacado**, que esta Suprema Corte, **após** tal julgamento, **reiterou** a sua diretriz jurisprudencial **no sentido** de que, *qualquer que seja* a vantagem pecuniária **ou** o benefício funcional, **deixará** de incidir a regra de competência originária, **fundada** no art. 102, I, "**n**", da Constituição, **se** tais vantagens ou benefícios **forem comuns** a magistrados **e** a servidores públicos em geral, *tal como sucede no caso ora em exame*.

Cabe assinalar, *ainda*, **que o eventual reconhecimento** da competência originária do Supremo Tribunal Federal, **com fundamento** no art. 102, I, "**n**", da Constituição da República, para processar e julgar causas cujo objeto envolva **vantagens comuns** *tanto a magistrados como a servidores públicos em geral*, **culminaria por transformar** esta Corte **em verdadeiro** "*forum attractionis*" **de múltiplas demandas** que, *na realidade*, **poderiam** (**e deveriam**) ser resolvidas pelas instâncias judiciárias de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

primeiro grau, *inclusive,* **a depender** do valor da causa, **pelos próprios** Juizados Especiais Cíveis, *como no caso*.

Cumpre destacar, *de outro lado*, **que**, *mesmo que fosse possível* superar esse obstáculo, **ainda assim não** se mostraria viável o exame, nesta Suprema Corte, do pleito **formulado** pelos autores, **considerada**, *para tanto*, **a ausência** de situação de pretensão resistida.

Isso significa que, **não** demonstrado, *pelos litisconsortes ativos*, que a União Federal **se recusa a atender** a postulação de direito material por eles deduzida, **deixa de configurar-se** uma das condições da ação, *qual seja*, o interesse de agir, **precisamente** em razão *da ausência* desse requisito de admissibilidade do "*jus actionis*", **que se traduz** *na necessidade* de a parte interessada **ingressar** em juízo.

Não é por outra razão que o art. 3º do Código de Processo Civil **prescreve**, *no tema*, que, "*Para propor ou contestar ação* ***é necessário*** *ter interesse e legitimidade*".

É por isso que JOSÉ FREDERICO MARQUES ("**Manual de Direito Processual Civil**", vol. 1/174, item n. 136, 13ª ed., 1990, Saraiva), **em lúcido magistério** sobre essa específica questão, **adverte**:

> "***Para que a ação****, no entanto,* ***se apresente viável, possibilitando ao autor*** *praticar atos processuais* ***até obter*** *a tutela jurisdicional,* ***previstas estão****, no Código de Processo Civil,* ***três condições fundamentais****:* ***a) o interesse de agir****;* ***b)*** *a legitimação 'ad causam';* ***e c)*** *a possibilidade jurídica do pedido (art. 267, VI).*
>
> ***Trata-se de condições indeclináveis para a admissibilidade da tutela jurisdicional e que se ligam intimamente à pretensão deduzida em juízo****.* ***Ausente uma delas****, o Estado* ***não prestará*** *essa tutela,* ***porquanto****, em tal hipótese,* ***ainda que exista*** *litígio configurável juridicamente, o juiz não o poderá solucionar.*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

> *….....*
>
> ***Do mesmo modo pelo qual não se confunde a ação com a pretensão ajuizada**, também não se confunde interesse de agir com interesse em exigir.*
>
> ***Somente pode exigir legitimamente o cumprimento da obrigação aquele que nisso tenha legítimo interesse**. E como interesse significa a posição favorável de uma pessoa no tocante a um bem, é preciso que a lei preveja essa situação da pessoa quanto ao bem, para que este possa ser exigido ou reclamado, isto é, para que possa tornar-se objeto de uma pretensão legítima.*
>
> ***Mas**, **se a pretensão encontra resistência ou fica desatendida**, **outro interesse aparece**: **é o de ser obtida a tutela jurisdicional**, para que se resolva o conflito litigioso que com isto se provocou. **É exclusivamente a esse interesse** que se referem os arts. 3º e 4º do Código de Processo Civil.*
>
> ***Existe**, portanto, **o interesse de agir quando**, **configurado o litígio**, a providência jurisdicional invocada é cabível à situação concreta da lide, de modo que o pedido apresentado ao juiz traduza formulação adequada à satisfação do interesse contrariado, não atendido, ou tornado incerto (...).*" (**grifei**)

Impende considerar, *no ponto*, **em face** dos princípios estruturantes **reconhecidos** *pela teoria geral do processo*, que, **sem** interesse processual, **vale dizer**, **sem** interesse de agir, **não** se revela admissível, **por falta** de uma das condições da ação, **o próprio ingresso** em juízo.

Cumpre observar, *por relevante*, **que se mostra inviável**, *uma vez ausente* o interesse legitimador da ação, **o exercício**, *pelo demandante*, desse direito público subjetivo. **Impõe-se**, *desse modo*, que o autor **demonstre** *a existência de pretensão resistida*. **Essa resistência** – que se traduz na configuração de obstáculo **que impede** o gozo de um direito **por quem** pretende demandar – **deve** manifestar-se na verificação prévia **e** concreta de um óbice real, **oposto** pela parte contrária (**ou** por órgão estatal), **em ordem a evidenciar** que a invocação da tutela jurisdicional **torna-se necessária** em face da existência de impedimento – *de direito* **ou** *de fato* –

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.

inviabilizador da satisfação de determinada pretensão de direito material.

No caso, **inocorre** situação de *pretensão resistida*, **eis que ausente**, *no contexto em análise*, **qualquer** obstáculo prévio **gerado** pelo Poder Público, **razão** pela qual **se impõe** reconhecer que **os autores mostram-se carecedores** da presente ação, *o que justificaria* **a consequente extinção** deste processo, **sem** resolução de mérito.

Faço tais observações apenas em caráter de mero "*obiter dictum*", **pois** a "*ratio decidendi*", na espécie, **apoia-se** *na falta de competência originária* do Supremo Tribunal Federal **para apreciar** a presente demanda, **considerados** os fundamentos precedentemente expostos.

Sendo assim, *em face das razões expostas*, **e considerando**, *sobretudo,* **os diversos precedentes** desta Corte sobre causas em cujo âmbito se discutiram *situações de vantagens comuns* à magistratura **e** a agentes públicos em geral, *como sucede no caso*, **não conheço** da presente "*ação de rito ordinário*" **ajuizada** com fundamento no art. 102, I, "**n**", da Constituição, **por não assistir**, *ao Supremo Tribunal Federal*, **competência originária** para apreciá-la (**RTJ** 129/477), **restando prejudicado**, *em consequência*, **o exame** do pedido de antecipação de tutela.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 15 de maio de 2013.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 3840432.